

[Imprimir](#)

Formulário de Referência (FRE)

Nome da Companhia Securitizadora	Companhia Paulista de Securitização		
CNPJ da Companhia Securitizadora:	11.274.829/0001-07	Ano de Referência:	2025

1. Identificação das pessoas responsáveis pelo formulário	
Diretor responsável pelas atividades de securitização	Max Freddy Frauedorf
Diretor responsável pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos da resolução:	Eduardo Walmsley Soares Carneiro
1.1. Declarações do Diretor Responsável:	
Ver anexo no final do documento. Anexos	

2. Histórico da Companhia Securitizadora				
2.1. Data de início das atividades:	15/10/2009			
2.2. Número, volume e percentual de emissões	Número		Volume	
	Qtd	%	(R\$)	%
a. Realizadas	5	100,00%	R\$ 8.412.372.570,60	100,00%
b. Liquidadas no vencimento	3	60,00%	R\$ 2.140.000.000,00	25,44%
c. Liquidadas antecipadamente (pré-pagamento)	2	40,00%	R\$ 6.272.372.570,60	74,56%
d. Em atraso e em fase de renegociação, reestruturação ou execução das garantias	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
e. Inadimplidas e não pagas	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%
f. Adimplentes a vencer	0	0,00%	R\$ 0,00	0,00%

3. Recursos humanos e tecnológicos					
3.1. Descrever os recursos humanos da companhia securitizadora, fornecendo as seguintes informações:					
Número de acionistas do bloco de controle:	2	Número de empregados:	3	Número de tercerizados:	0
Outras observações importantes:					
3.2. Descrever os recursos tecnológicos utilizados para controle das operações de securitização, incluindo os aspectos relacionados à segurança da informação e procedimentos de contingências:					
Ver anexo no final do documento. Anexos					

4. Auditor independente da Companhia Securitizadora	
Nome empresarial:	Taticca Auditores Independentes S.S. EPP
Data de contratação dos serviços:	12/04/2024
Descrição dos serviços contratados:	prestação de serviços de auditoria e emissão de parecer das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2024, elaboração dos relatórios de revisão especial das demonstrações financeiras trimestrais (ITR) para os trimestres findos em 31/03/2024, 30/06/2024 e 31/09/2024

Dados da pessoa Responsável			
Nome:	Aderbal Alfonso Hoppe	CPF:	541.560.250-04
Telefone:	11 3062-3000	E-mail:	aderbal.hoppe@taticca.com.br
Em caso de substituição do auditor, informar:			
Nome do auditor substituído:	BDO RCS Auditores Independentes S.S.		
Justificativa da substituição:	Encerramento de contrato licitado por 60 meses		
Eventuais razões, apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa apresentada pela companhia:			
Montante total de remuneração:	50166,64		

5. Informações financeiras	
5.1. Informações das emissões da companhia securitizadora	
a. Valor total do estoque em aberto na data de referência das operações de securitização submetidas ao regime fiduciário	R\$ 0,00
b. Valor total do estoque em aberto na data de referência das operações de securitização não submetidas ao regime fiduciário, se aplicável.	R\$ 0,00
c. Evolução do estoque total de operações de securitização nos últimos 5 (cinco) anos até a data de referência. (data-base: 31/12)	
Data-base	Valor
31/12/2024	R\$ 0,00
31/12/2023	R\$ 0,00
31/12/2022	R\$ 0,00
31/12/2021	R\$ 23.322.000,00
31/12/2020	R\$ 122.240.000,00
5.2. Informações financeiras da companhia securitizadora, excluindo-se as suas emissões de securitização	
a. Total dos passivos para pagamento	
i) Até 30 dias	R\$ 1.629.113,91
ii) Até 90 dias	R\$ 0,00
iii) Até 180 dias	R\$ 18.017.599,98
iv) Até 360 dias	R\$ 0,00
v) Após 360 dias	R\$ 0,00
b. Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	11,93
c. Liquidez imediata (caixa e equivalentes / passivo circulante)	8,40
d. Liquidez geral [(ativo circulante + não circulante) / (passivo circulante + não circulante)]	12,02
e. Endividamento total (passivo circulante + não circulante / ativo)	0,09
f. Retorno sobre os ativos (lucro líquido / ativo total)	0,10
g. Retorno sobre o patrimônio (lucro líquido / patrimônio líquido)	0,11
h. Impostos a recuperar total (R\$)	R\$ 4.383.991,47

i. Estimativa do prazo de recuperação dos impostos:	
i) Em até 1 ano	R\$ 1.367.801,91
ii) Em até 2 anos	R\$ 0,00
iii) Em até 3 anos	R\$ 0,00
iv) Entre 3 a 5 anos	R\$ 0,00
v) Acima de 5 anos	R\$ 0,00
j. Índice (impostos a recuperar total / lucro líquido médio dos últimos 3 anos)	R\$ 0,240000

6.1. Escopo das atividades:Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)**7.1. Grupo econômico da companhia securitizadora:**Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)**8. Estrutura operacional e administrativa****8.1. Descrever a estrutura administrativa da companhia securitizadora:**Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)**8.2. Organograma da estrutura administrativa da companhia securitizadora:**Ver anexo no final do documento. [Anexos](#)**8.3 Sobre os diretores, informe:**

Nome:	Jorge Luiz Avila da Silva	CPF ou Nº passaporte:	264122257-49	Idade:	73
Profissão:	Engenheiro	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
Cargo Ocupado:	Diretor Presidente e Conselheiro de Administração		Outros Cargos:		
Condenações:	Não há				
Experiência Profissional:	Diretor Presidente da CPSEC - Companhia Paulista de Securitização. Presidente do Conselho de Administração da Desenvolve SP e Vice Presidente do Conselho de Administração da SPPREV. Foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia, Diretor Administrativo Financeiro da Pirapora Energia, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da CESP - Companhia Energética de São Paulo, Diretor de Fomento da Desenvolve SP, Diretor de Produtos e Diretor de Finanças e Relações com Investidores do Banco Nossa Caixa. Ainda no Banco Nossa Caixa foi membro do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Foi também membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente Nossa Caixa Administradora de Cartões de Crédito, suplente no Conselho de Administração da Nossa Caixa Mapfre Vida e Previdência, Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais e Diretor de Administração de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica Federal. É funcionário de carreira aposentado do Banco Central do Brasil onde ocupou as funções Chefe Adjunto e Consultor do Departamento de Operações de Mercado Aberto, Chefe do SELIC e Assessor da Presidência. Foi membro do Conselho Fiscal de Petrobras, Vice-Presidente da ABECIP - Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança e Diretor Executivo da FEBRABAN. O Sr. Jorge Luiz Avila da Silva declarou, para todos os fins de direito, que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				
Nome:	Max Freddy Frauendorf	CPF ou Nº passaporte:	127727828-83	Idade:	56
Profissão:	Administrador de Empresas	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
Cargo Ocupado:	Diretor Administrativo-Financeiro		Outros Cargos:	Diretor de Relação com Investidores	

Condenações:	Não há				
Experiência Profissional:	Administrador, é formado em Administração de Empresas com especialização em Bancos e Finanças, com pós graduação em Economia do Setor Financeiro - MBA - FEA/USP. Exerceu no Banco Nossa Caixa S.A. ,Instituição Financeira de capital aberto listada no segmento Novo Mercado, sucedido pelo Banco do Brasil S.A., cargos nos Departamentos de Gestão Estratégica de Riscos, de Política e Gestão de Crédito, e Administração de Recursos de Terceiros. Ministrou na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA - curso regular de Formação Avançada em Finanças. Foi autorizado e credenciado como administrador/gestor profissional de recursos e valores mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Possui certificação profissional com ênfase em administração conferida pelo Instituto de Certificação de Profissionais de Seguridade Social- ICSS e como conselheiro fiscal pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa- IBGC. Exerceu o cargo de Diretor de Gestão Corporativa na Companhia Paulista de Securitização o qual é atualmente Diretor Administrativo-Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia Paulista de Securitização. Foi membro do Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom. O Sr. Max Freddy Frauendorf declarou, para todos os fins de direito, que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários, ou ainda qualquer condenação por decisão transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.				

Nome:	Eduardo W S Carneiro	CPF ou Nº passaporte:	064021214-01	Idade:	38
Profissão:	Advogado	Data da posse:	14/08/2023	Prazo do mandato:	10/05/2025
Cargo Ocupado:	Diretor de Gestão Corporativa		Outros Cargos:		

Condenações:	Não há				
Experiência Profissional:	Advogado, formado em Direito na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, com mestrado em Direito do Estado na Universidade de São Paulo – USP Faculdade de Direito. Procurador do Estado de São Paulo, com exercício no período de 2010 a 2019, na Área da Consultoria Geral (Consultoria Jurídica da SPPREV e Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e Planejamento), e de 2019 a 2022 na Área do Contencioso Tributário-Fiscal, com designação no Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal – GAERFIS. Assessor do Secretário da Fazenda e Planejamento a partir de maio de 2022. Professor convidado da Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP e da Escola de Governo do Estado de São Paulo - EGESP. Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT: biênios 2018/2019 e 2020/2021.				

8.4. Informações sobre a estrutura mantida para a administração das operações de securitização:
Ver anexo no final do documento. Anexos
8.5. Informações sobre normas e regulamentares aplicáveis securitização e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados:
Ver anexo no final do documento. Anexos
8.6. Informações sobre a estrutura mantida para a seleção, monitoramento e cobrança de recebíveis, formalização de garantias e formalização de operações de securitização:
Ver anexo no final do documento. Anexos
8.7. Informações sobre a área responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão:
Ver anexo no final do documento. Anexos

9. Regras, procedimentos e controles internos:
Ver anexo no final do documento. Anexos

10. Receitas			
10.1 Indicar, exclusivamente em termos percentuais sobre a receita total auferida nos 36 (trinta e seis) meses anteriores à data base deste formulário, a receita proveniente em decorrência de:			
	Última	Penúltima	Antepenúltima
Data-base	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022

a. Receitas fixas com a administração dos patrimônios separados e demais emissões			0,00%	0,00%	0,00%
b. Receitas de spread ou provenientes de “sobras” dos patrimônios separados e demais emissões			0,00%	0,00%	0,00%
c. Receitas por serviços de estruturação			0,00%	0,00%	0,00%
d. Receitas de emissão/distribuição			0,00%	0,00%	0,00%
e. Receitas provenientes das aplicações financeiras próprias			0,00%	0,00%	0,24%
f. Outras receitas	Descrição	receita própria carteira de direitos creditórios sem a instituição de regime fiduciário	0,00%	1,00%	0,76%

11. Contingências:
Ver anexo no final do documento. Anexos

12. Comentário dos diretores:
Ver anexo no final do documento. Anexos

13. Assembléias:
Ver anexo no final do documento. Anexos

Anexos
8.1 2. Estrutura operacional e administrativa
8.4 5 6 7. Outras inform. Estrutura operacional e administrativa
9. Regras, procedimentos e controles internos
13. Regras, políticas e práticas em assembleias
1.1. Declarações dos Diretos Responsáveis
3.2. Recursos tecnológicos
12. Comentários dos diretores
7. Grupo econômico
11. Contingências
6. Escopo das atividades

1.1 Declaração dos Diretores Responsáveis

Declaramos para os devidos fins que:

- a) revimos o formulário de referência e que as informações nele contidas atendem ao disposto na Resolução.
- b) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo:
 - i) da estrutura, dos negócios, das políticas e das práticas adotadas pela companhia securitizadora.
 - ii) da situação econômico-financeira da companhia securitizadora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



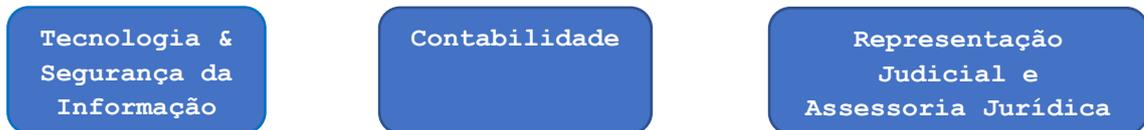
MAX FREDDY FRAUENDORF
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relação com Investidores



EDUARDO WALMSLEY SOARES CARNEIRO
Diretor de Gestão Corporativa

3.2 Descrever os recursos tecnológicos utilizados para controle das operações de securitização, incluindo os aspectos relacionados à segurança da informação e procedimentos de contingências;

I. Processos Corporativos



a) **Tecnologia e Segurança da Informação**

Gestão, armazenamento e recuperação de arquivos eletrônicos gerados para gestão da CPSEC

- Partes: SEFAZ-SP e CPSEC
- Sistemas: Utilização da estrutura de tecnologia da SEFAZ-SP, com acessos totalmente segregados, por meio de chave de acesso, senha individual e certificado digital
- Possibilidade de acesso remoto a rede de arquivos via Sistema *Check Point*
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*

Geração de informações sobre fluxos financeiros dos direitos creditórios de parcelamentos cedidos à CPSEC

- Regulado por Instrumentos particulares de contrato de promessa de cessão de direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado de ICMS/SP – PPI e do Programa Especial de Parcelamento do ICMS/SP – PEP
- Partes: Estado de São Paulo e CPSEC
- Sistemas: Sistema da Dívida Ativa
- Gestor: Procuradoria Geral do Estado - PGE
- Empresa responsável pelo processamento dos dados: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
- Tratamento e verificação da consistência das informações: PRODESP, CPSEC e RHPAY Contadores Associados S.S. - RHPAY
- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP

Gestão e tratamento das informações sobre fluxos financeiros dos direitos creditórios de parcelamentos gerados pela PRODESP

- Sistemas: Licenças IBM SPSS e Aplicativos Office
- Tratamento e verificação regular da consistência das informações: CPSEC, RHPAY

- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*

Geração de informações sobre os valores e os fluxos financeiros das debêntures emitidas pela CPSEC

- Sistemas: Planilhas Excel
- Verificação regular da consistência das informações: CPSEC, Agente Fiduciário, Banco Mandatário
- Auditoria regular: auditoria independente e auditoria interna
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação *intraday*

b) Contabilidade e registros para-legais

Contrato de prestação de serviços de contabilidade, registros para-legais, gestão financeira e afins

- Partes: CPSEC e RHPAY
- Vencimento: junho de 2026
- Sistemas: RHPAY – Folha de pagamento e E-Social
- DOMÍNIO WEB – Escrituração contábil, elaboração das Demonstrações Financeiras e obrigações acessórias)
- Gestor de Sistemas: RHPAY
- Verificação da consistência das informações é realizada pela CPSEC, RHPAY
- Auditoria regular: auditoria independente, auditoria interna, Controladoria Geral do Estado CGE e Tribunal de Contas do Estado TCESP e Comissão de Valores Mobiliários CVM
- *Back-up*: Cópias, armazenamento e recuperação diária
- Contingência: Informações hospedadas em nuvem (*Cloud Computing*), acessadas inclusive por *home office*.

c) Representação Judicial e Assessoria Jurídica

Convênio celebrado em janeiro de 2022 para atribuir o exercício da representação judicial, assessoria jurídica e consultoria jurídica da CPSEC à PGE

- Partes: PGE e CPSEC
- Vencimento: janeiro de 2027

II. Teste de Contingência

a) **Propósito**

Este “Teste de Contingência” tem o propósito de aferir e atestar o acesso pelos colaboradores de forma remota à rede de arquivos e sistemas da Companhia Paulista de Securitização (“CPSEC”), bem como, da realização das atividades essenciais em caso de acionamento de contingência por fato imprevisível ou fortuito, conforme previsto no Plano de Continuidade de Negócios.

b) **Metodologia**

Devem ser selecionados processos e procedimentos essenciais para execução das atividades que garantam a continuidade dos negócios e o cumprimento das obrigações legais da Companhia até o restabelecimento de acesso presencial pelos colaboradores aos equipamentos e documentos na sede da CPSEC. Para cada processo ou procedimento deve-se atestar o pleno acesso e a execução completa da atividade.

c) **Infraestrutura**

A infraestrutura da Companhia dispõe como equipamento de contingência 3 (três) notebooks para utilização dos seus colaboradores, com configuração compatível com suas necessidades, conforme descrição abaixo, incluindo a instalação de licenças de utilização dos softwares para realização de suas rotinas:

- ✓ Intel® Core™ i5-10210U (1.6 GHz até 4.2 GHz, cache de 6MB, quad-core, 10ª geração)
- ✓ Windows 10 Pro Single Language, de 64 bits - em Português (Brasil)
- ✓ Placa de vídeo integrada Intel® UHD Graphics com memória gráfica compartilhada
- ✓ Tela Full HD WVA de 15.6" (1920 x 1080), retro iluminada por LED, borda fina e com antirreflexo3
- ✓ Memória de 8GB (1x8GB), DDR4, 2666MHz; Expansível até 16 GB (1 slots oDIMM, sem slot livre)
- ✓ SSD de 256GB PCIe NVMe M.2
- ✓ Prata
- ✓ Teclado numérico e retro iluminado – em Português (padrão ABNT2)
- ✓ Placa de rede Intel 9462 802.11ac (WiFi 1x1) + Bluetooth 5.0
- ✓ Bateria de 3 células e 42 Wh (integrada)

A CPSEC tem acesso e a recuperação total dos seus dados e arquivos eletrônicos por meio das estruturas de hardware e software disponibilizadas pela Secretária da Fazenda e

Planejamento (“SFP”) e pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (“PRODESP”).

Os acessos de forma remota à rede da CPSEC são por meio dos sistemas *Check Point* e *Remote PC VPN*, homologados e instalados pela Área de Tecnologia da SFP. Estabelecida à comunicação remota, os demais procedimentos de acesso a rede são os mesmos utilizados nos computadores alocados em sua sede, ou seja, por meio de certificado digital, login e senha, com as devidas certificações de segurança.

As infraestruturas da empresa de Contabilidade e registros para-legais, da SFP e da Prodesp constam no Plano de Continuidade de Negócios da CPSEC.

d) Seleção de acessos

A seleção de acessos a dados, sistemas ou qualquer outra informação, devem estar diretamente relacionadas às atividades essenciais e legais, que permitam a sua plena execução de forma remota, contemplando no mínimo:

- ✓ E-mails corporativos
- ✓ Contas correntes em Instituições Financeiras
- ✓ Pastas de arquivos eletrônicos
- ✓ Base dados armazenados e gerados
- ✓ Sistema contábil
- ✓ Lançamentos Contábeis
- ✓ Demonstrações Financeiras
- ✓ Ambiente de produção do site da CPSEC
- ✓ Intranet da SFP
- ✓ Sistemas:
 - Secretárias do Governo do Estado de São Paulo
 - Órgãos de fiscalização e controle
 - Comissão de Valores Mobiliários
 - Programa Sem Papel
 - SEI - Sistema Eletrônico de Informações

6. Escopo de atividades

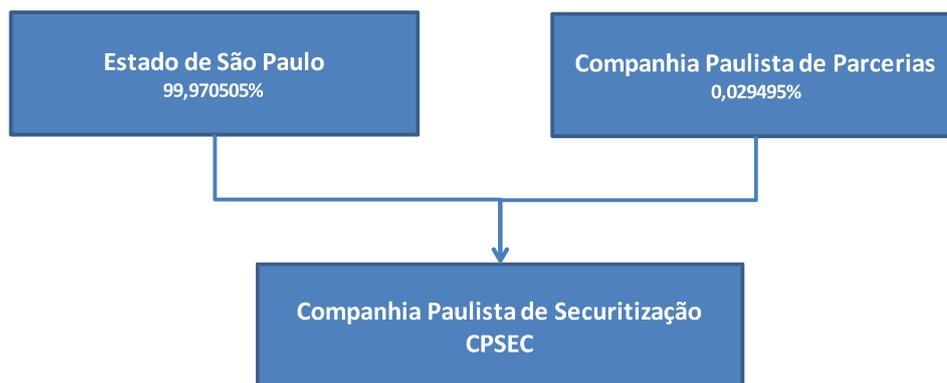
Constitui atividade da Companhia na forma da Lei Nº. 13.723/ 2009 com as alterações da Lei nº 17.293/2020:

- (i) a aquisição, a título oneroso, de direitos creditórios do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa;
- (ii) a aquisição, a título oneroso, de créditos ou direitos creditórios da Administração Direta e Indireta do Estado, originários de relações contratuais ou legais, inclusive quando inscritos em dívida ativa;
- (iii) a estruturação e implementação para as entidades da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo de operações de securitização de interesse da Administração, ficando autorizada a, nestes casos, firmar instrumentos jurídicos específicos, observadas as autorizações necessárias;
- (iv) a estruturação e implementação para os Municípios do Estado de São Paulo de operações lastreadas ou garantidas pelos direitos creditórios dos Municípios, ficando autorizada a, nestes casos, firmar instrumentos de cessão, observada a legislação local; e
- (v) a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

7. Grupo Econômico

Organograma Societário

Companhia Paulista de Securitização - CPSEC 11.274.829/0001-07



Nota: O Estado de São Paulo detêm 99,99999% do controle da Companhia Paulista de Parcerias

A Companhia é controlada pelo Estado de São Paulo, detentor de ações representativas de 99,970505% do capital social, e não possui sociedades controladas e coligadas, e não tem participação em quaisquer outras sociedades.

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é titular de ações representativas de 0,029495% do capital social da Companhia Paulista de Securitização - CPSEC.

A CPP foi criada em 03 de agosto de 2004, com base na Lei N°. 11.688/2004. Seu objeto social é colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, podendo para tanto disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Estadual, mediante pagamento de adequada contrapartida financeira e gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Estado de São Paulo ou por entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título, dentre outros.

Principais sociedades sob controle comum

As seguintes companhias possuem o mesmo acionista controlador que a CPSEC:

Balanco Geral do Estado
Contas do Exercício de 2024

Empresas Não Dependentes

31/12/2024

Empresas	Patrimônio Líquido	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	PL (-) AFAC	Percentual de Participação no Capital Social	Saldo do Investimento pelo MEP
	(1)	(2)	(3) = (1 - 2)	(4)	(5) = (3 x 4)
SABESP	37.908.972.000	-	37.908.972.000	18,00000000	6.823.614.960
CDHU	13.032.051.809	1.646.836.915	11.385.214.894	99,99999987	11.385.214.880
DESENVOLVE SP	3.394.687.945	-	3.394.687.945	99,99927000	3.394.663.164
CPP	1.814.285.904	-	1.814.285.904	100,00000000	1.814.285.904
CPSEC	216.544.888	-	216.544.888	99,97050000	216.481.008
EMAE	477.382	-	477.382	100,00000000	477.382
EMTU	2.585.075.817	366.848.802	2.218.227.014	100,00000000	2.218.227.014
PRODESP	777.755.372	-	777.755.372	99,73948870	775.729.231
Total	59.729.851.117	2.013.685.717	57.716.165.400		26.628.693.542

Empresas Dependentes

31/12/2024

Empresas	Patrimônio Líquido	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	PL (-) AFAC	Percentual de Participação no Capital Social	Saldo do Investimento pelo MEP
	(1)	(2)	(3) = (1 - 2)	(4)	(5) = (3 x 4)
DOCAS	215.627.067	13.062.155	202.564.912	99,00000000	200.539.263
CPTM	10.632.947.387	627.785.617	10.005.161.769	99,99925000	10.005.086.731
CETESB	89.430.564	-	89.430.564	99,99990300	89.430.477
IPT	98.485.000	16.965.000	81.520.000	99,99979260	81.519.831
METRÔ	41.176.842.903	-	41.176.842.903	97,98984000	40.349.122.478
Total	52.213.332.921	657.812.773	51.555.520.148		50.725.698.779

Fonte: Sefaz

8.1 Descrever a estrutura administrativa da companhia securitizadora;

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

1- PRESIDÊNCIA

- I. Representar a companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, do Estatuto;
- II. Representar institucionalmente a companhia nas suas relações com autoridades públicas, entidades privadas e terceiros em geral;
- III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV. Coordenar as atividades da Diretoria;
- V. Expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria ou que delas decorram;
- VI. Coordenar a gestão ordinária da companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada;
- VII. Coordenar as atividades dos demais Diretores;
- VIII. Promover a estruturação organizacional e funcional da Companhia, observado o disposto no artigo 14, XXXIV, do Estatuto;
- IX. Expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da Companhia.

2- DIRETORIA FINANCEIRO-ADMINISTRATIVA

- I. Auxiliar o Diretor Presidente em suas funções;
- II. Coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia;
- III. Coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados financeiros;
- IV. Otimizar e gerir as informações e os resultados econômico-financeiros da Companhia;
- V. Administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional;
- VI. Controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações;
- VII. Promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia;
- VIII. Preparar as demonstrações financeiras da Companhia;
- IX. Apresentar planejamento orçamentário;

3- DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA

- I. Gerenciar as despesas de pessoal da Companhia;
- II. Administrar e supervisionar os processos e atividades de formação e administração de pessoal;
- III. Assegurar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas da Companhia;
- IV. Planejar e assegurar a disponibilização do quadro de funcionários na quantidade e com a qualificação necessária para atender a qualidade da operação da Companhia;
- V. Organizar a escrituração do livro de inventário dos bens móveis e imóveis, com discriminação de seus respectivos valores;
- VI. Organizar os processos licitatórios, as tomadas de preços de contratações de serviços, publicidade, de materiais e execução de obras, dentre outros, necessários ao bom desempenho das atividades da Companhia;
- VII. Gerenciar os recursos de informática e zelar pela garantia da manutenção e do bom funcionamento dos equipamentos e sistemas de informática;
- VIII. Identificar necessidades e implementar os sistemas computacionais necessários à operação e desenvolvimento da Companhia;
- IX. Coordenar, executar e controlar os assuntos da área jurídica;
- X. Gerenciar todos os processos, administrativos e judiciais, em que a Companhia seja parte e, periodicamente informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos;
- XI. Gerenciar os processos de governança corporativa;
- XII. Elaborar e monitorar a execução do modelo de Governança Corporativa, Governança Societária e de organização e gestão;
- XIII. Controlar a execução e o cumprimento das diretrizes e regras relativas a processos decisórios;
- XIV. Planejar, orientar, avaliar e executar as atividades a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente.

4- FUNÇÕES DO DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Quando da eleição dos Diretores pelo Conselho de Administração deverá ser designado o que acumulará a função de Diretor de Relação com Investidores

- I. Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais onde os valores mobiliários de sua emissão forem admitidos à negociação;
- II. Representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- III. Monitorar o cumprimento das obrigações dispostas neste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

- IV. Tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e
- V. Exercer outras funções ou atribuições que lhe forem determinadas.

5- DIRETORIA COLEGIADA

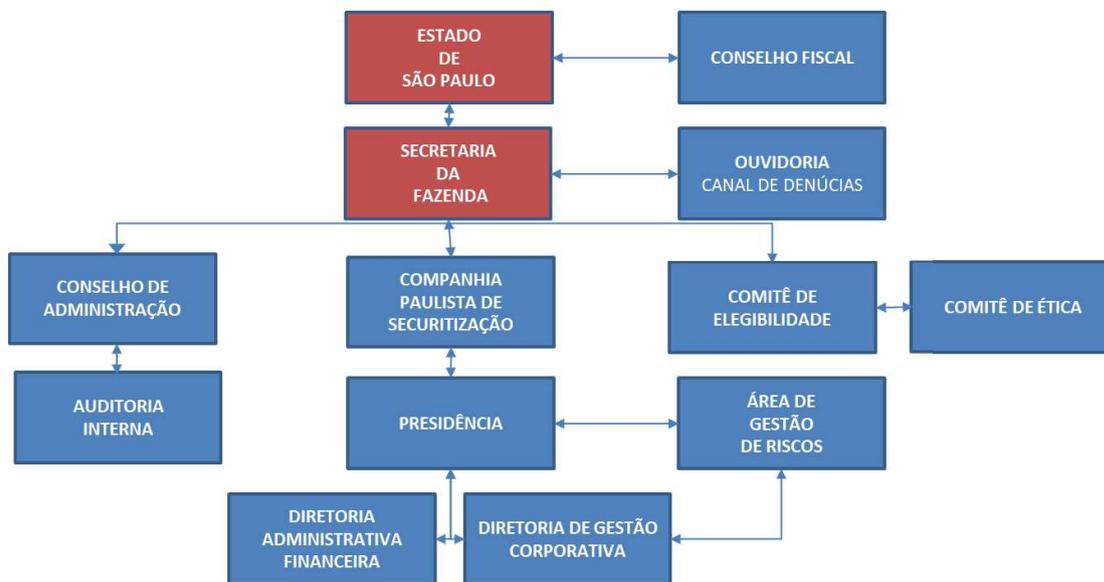
- I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a. as bases e diretrizes para elaboração do planejamento estratégico;
 - b. o plano estratégico, os planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos da Companhia com os respectivos projetos, ações, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho;
 - c. os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações;
 - d. a avaliação do resultado de desempenho das atividades da companhia;
 - e. os relatórios trimestrais da companhia acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras;
 - f. anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e a proposta de destinação do resultado do exercício;
 - g. o Regimento Interno da Diretoria e os regulamentos da companhia;
 - h. a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso;
 - i. a proposta da política de pessoal;
 - j. a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, §2º, da Lei nº 13.303/16.

- II. Aprovar:
 - a. os critérios de avaliação técnico-econômica para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação;
 - b. o plano de contas;
 - c. o plano anual de seguros da companhia;
 - d. residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da companhia e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

- III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração:
 - a. os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor;
 - b. a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em

qualquer caso, o valor da transação ultrapassar a 5% (cinco por cento) e for inferior a 10% (dez por cento) do capital social.

8.2 Organograma da estrutura administrativa da companhia securitizadora



8.4. Informações sobre a estrutura mantida para a administração das operações de securitização;

A Companhia dispõe de estrutura compatível com o histórico de operações de securitização realizadas. Conta com um quadro de profissionais com larga experiência no segmento financeiro e de mercado de capitais, bem como, de infraestrutura tecnológica compatível.

Os processos da Companhia são documentados e testados em ambiente de contingência, tendo como resultado a normalidade na continuidade de seus negócios.

Até a presente data a Companhia cumpriu rigorosamente todos os seus compromissos nas fases de estruturação, distribuição e de pagamento de valores mobiliários aos debenturistas, bem como no cumprimento das responsabilidades com agentes fiduciários, banco mandatários, agência de rating, fornecedores de serviços, órgão de fiscalização e controle, dentre outros.

8.5. Informações sobre normas e regulamentares aplicáveis securitização e para a fiscalização dos serviços prestados pelos terceiros contratados;

A Companhia tem suas contratações de serviços prestados pelos terceiros realizadas por processos licitatórios, com preponderância de contratação de serviços técnicos especializados.

Neste sentido, e de acordo com os princípios regulatórios aplicáveis na Lei de Licitações, a Companhia adota nos Editais de Licitações, exigências compatíveis com o escopo a ser contratado no Edital de Licitação, de forma a mitigar potenciais riscos de descontinuidade dos serviços a serem prestados.

8.6. Informações sobre a estrutura mantida para a seleção, monitoramento e cobrança de recebíveis, formalização de garantias e formalização de operações de securitização;

O objeto das garantias das operações de securitização até então realizadas pela Companhia, se referem ao direito pelo recebimento de fluxos financeiros relacionados a programas de parcelamentos incentivados de tributos implementados pelo Estado de São Paulo.

As condições das cessões dos recebíveis, como a seleção, o monitoramento e a cobrança estão disciplinados em diversos instrumentos jurídicos, como o Contrato de Cessão, Contrato de Centralização e Repasse da arrecadação, dentre outros, que por sua vez vinculam-se em forma de garantia reguladas nas escrituras de emissões de valores mobiliários.

No caso das securitizações realizadas pela Companhia, por se tratar de garantias vinculadas a créditos tributários estaduais, nos termos da Lei Autorizativa, permaneceram sob titularidade e integral responsabilidade do Estado todos os atos e procedimentos relacionados à cobrança dos créditos tributários estaduais, tanto administrativamente, por meio da Secretaria de Fazenda e Planejamento, como em juízo, por meio da Procuradoria Geral do Estado PGE.

Operações futuras que tenha como objeto outros tipos de recebíveis, serão oportunamente avaliadas de acordo com a sua natureza, as condições a seleção, o monitoramento, a cobrança de recebíveis e a formalização de garantias.

8.7. Informações sobre a área responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão.

As operações realizadas até então pela Companhia, tiveram a Distribuição dos valores mobiliários emitidos realizadas e intermediadas por Instituições Financeiras autorizadas, amparadas nas Instruções CVM nº 400 e nº 476.

Atualmente a Companhia não dispõe de uma área específica responsável pela distribuição de títulos de securitização de sua emissão, por não vislumbrar enquadramento nas prerrogativas dispostas na Resolução CVM nº 60, em especial a emissão de valores imobiliários até o valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

9. Regras, procedimentos e controles internos;

Para a organização e atribuições de responsabilidade que permeiam a eficiência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, a Companhia conta com políticas, regulamentos e outras ações aprovadas nas respectivas alçadas de Assembleia de Acionistas e Administração, publicados no site da emissora, dentre os quais se destacam:

- Estatuto Social aderente à Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 62.349/16;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- Planejamento Estratégico;
- Plano de Negócios;
- Relatório Anual Integrado;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Porta-Vozes;
- Regulamento de Licitações e Contratos; e
- SIC - Serviço de Informação ao Cidadão.

A Companhia possui, também, regimentos internos que regulam o funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento.

Conta, ainda, com um Código de Conduta e Integridade disponível em seu *site*, que se aplica a todas as pessoas que fazem parte de sua relação comercial e de trabalho, inclusive os Administradores, membros dos Conselhos e Comitês, empregados, terceiros a serviço da Companhia e todos aqueles que de alguma forma compartilham o seu ambiente de trabalho, o qual se encontra estruturado da seguinte forma:

- I. Objetivo
- II. Missão, Visão, Valores e Princípios
- III. Abrangência dos Colaboradores
- IV. Condutas Esperadas
- V. Condutas Vedadas
- VI. Práticas não discriminatórias
- VII. Conflito de Interesse

- VIII. Política de Presentes e Brindes
- IX. Divulgação de Informações
- X. Regras Relacionadas à Conformidade
- XI. Deveres em Relação à Sociedade Civil
- XII. Canal de Denúncias
- XIII. As Violações ao Código de Conduta e Integridade
- XIV. Disposições Gerais
- XV. Legislação Aplicável

Ainda, em razão da atividade da Companhia ser regulada pela Comissão de Valores Mobiliários, ela está sujeita a mecanismos e procedimentos de integridade aplicados por terceiros contratados, em especial pelo agente fiduciário das debêntures emitidas, e ainda, pelos seguintes agentes externos de controle e fiscalização:

- Auditoria Externa Independente
- Comissão de Valores Mobiliários
- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
- Departamento de Controles e Avaliação da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado
- Conselho de Defesa dos Capitais do Estado

ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

Tem por finalidade estabelecer práticas de boa governança com incentivo ao respeito às leis, normas e regulamentos, de modo a mitigar os riscos a que a Companhia Paulista de Securitização está exposta

Além das disposições do artigo 33 do Estatuto Social e do artigo 9º da Lei federal nº 13.303/2016, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, tem as seguintes atribuições:

Conformidade

- i. Gerir e atualizar as normas externas às quais a Companhia se submete;
- ii. Calendarizar as obrigações pecuniárias e não pecuniárias com órgãos internos e externos;
- iii. Gerir e atualizar documentos vigentes relacionados ao Estatuto Social, Comitês, Regimentos e Políticas;
- iv. Controlar atos societários e registros na Junta Comercial.

Gestão de Riscos

Contemplar nas análises os riscos de:

- i. Mercado
- ii. Liquidez
- iii. Crédito
- iv. Operacional

Controles Internos

Implantar mecanismos internos de prevenção e assessoramento à Administração possibilitando a identificação de deficiências e falhas, incentivando o respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como, à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos colaboradores, com destaque para as seguintes atividades:

- i. Verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da companhia às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;
- ii. Disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e dos controles internos;

- iii. Identificar, classificar e avaliar dos riscos a que está sujeita a Companhia;
- iv. Verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções;
- v. Estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho;
- vi. Divulgar o Código de Conduta e Integridade.

Canal de Denúncia

O artigo 234, do Decreto estadual nº 64.152/2019, autorizou a Ouvidoria da Secretaria da Fazenda e Planejamento a atuar como ouvidoria e canal de denúncias das entidades a ela vinculadas. Em 16 de junho de 2019, a Companhia celebrou convênio com o Estado, por intermédio Secretaria de Fazenda e Planejamento, para compartilhar componente organizacional de Ouvidoria para o exercício de atividades relacionadas à Ouvidoria e Canal de Denúncias, atendendo assim, na íntegra exigências legais, inclusive aquelas contidas na Lei federal nº 13.303/2016.

A Companhia conta com o Canal de Denúncias a cargo da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, cujo instrumento operacional independente é responsável por receber denúncias de qualquer cidadão e monitorar, até o resultado de suas apurações, quaisquer denúncias sobre infrações ao Código de Conduta e Integridade, assegurando o anonimato do denunciante por prazo indeterminado, a fim de se impedir qualquer espécie de retaliação ao denunciante.

O acompanhamento das denúncias registradas será disponibilizado ao denunciante, ao Comitê de Ética, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A confidencialidade do processo de investigação e de apuração de responsabilidades será mantida até a divulgação da decisão administrativa definitiva.

As formas de acesso estão disponíveis no *site* da Companhia em Ouvidoria, nos *links* intitulados de “Parâmetros da Estruturação do Canal de Denúncias” e “Formulário Eletrônico para Formalização de Denúncia”, contemplando:

- i. Legislação
- ii. Principais Atribuições - Canal de Denúncias
- iii. Canais de Acesso
 - a. Informações e Dúvidas

- b. Formulação de Denúncias
- iv. Prazos de Atendimento
- v. Formulário de registro de denúncia de corrupção

11. Contingências

Não há processos relevantes que possam impactar os negócios da Companhia nas esferas judiciais, administrativas ou arbitrais em que seja parte. Logo não há provisões contingenciais daquelas ações classificadas como prováveis.

A Companhia é parte em um processo sigiloso, cujo valor da causa atribuída em juízo foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais), tendo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da 9ª Câmara de Direito Público, dado provimento ao recurso do Estado de São Paulo e da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC para reformar sentença apelada e julgar extinto o processo relativo à Ação Popular, sem resolução do mérito. Embora caiba recurso, a Administração não vislumbra a reversão da situação.

Não há outros litígios ou riscos em andamento com divulgação requerida

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Os demonstrativos financeiros da Companhia de encerramento dos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, revelaram um reduzido nível de endividamento, dado a inexistência de títulos de securitização em circulação, em razão do resgate integral de todas as debêntures emitidas anteriormente. Observa-se também plena suficiência de recursos financeiros para honrar seus compromissos e obrigações, concentrados principalmente em dividendos e JCP devidos aos acionistas. Os indicadores encontram-se demonstrados nos quadros abaixo.

Índices de liquidez e endividamento

Valores em milhares de reais

Ativo	2.024	2.023	2.022
Circulante	234.439	304.194	290.733
Não-Circulante	1.752	3.745	23.113
Total	236.191	307.939	313.846
Passivo	2.024	2.023	2.022
Circulante	19.646	10.652	12.466
Exigível a Longo Prazo	0	0	0
Patrimônio Líquido	216.545	297.287	301.380
Total	236.191	307.939	313.846
Índices de Liquidez	2.024	2.023	2.022
Índice de Liquidez Corrente	11,93	28,56	23,32
Índice de Liquidez Imediata	8,40	16,83	10,44
Índice de Liquidez Geral	12,02	28,91	25,18
Índices de Endividamento	2.024	2.023	2.022
Índice de Participação de Capitais de 3º	8%	3%	4%
Grau de Endividamento	0,09	0,04	0,04
Composição do Endividamento	100%	100%	100%

Notas:

Índice de Liquidez Corrente - (Ativo Circulante / Passivo Circulante)

Índice de Liquidez Imediata - (Disponibilidades / Passivo Circulante)

Índice de Liquidez Geral - (Ativo Circulante + Não Circulante / Passivo Circulante + Exigível a LP)

Índice de Participação de Capitais de 3º - (Passivo Circulante + Exigível a LP / Ativo Total)

Grau de Endividamento - (Passivo Circulante + Exigível a LP / Patrimônio Líquido)

Composição do Endividamento - (Passivo Circulante / Passivo Total)

Principais contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante

	Valores em milhares de reais		
Ativo Circulante	2.024	2.023	2.022
Caixa e Bancos	-	19	20
Aplicações Financeiras	164.976	179.202	130.149
Direitos Creditórios PPI	5.459	5.408	5.240
Ajuste a Valor Justo - PPI	-	-	-
Direitos Creditórios PEP	25.043	48.450	102.525
Ajuste a Valor Justo - PEP	-	181	553
Outros	38.961	70.934	52.246
Sub Total ¹	234.439	304.194	290.733
Passivo Circulante	2.024	2.023	2.022
Debêntures Mezanino - 1ª Série 2ª Emissão	-	-	-
Custo de Emissão das Debêntures	-	-	-
Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	-	-
(-) Custo de Emissão de Debêntures - 3ª emissão	-	-	-
Outros	19.646	10.652	12.466
Sub Total ²	19.646	10.652	12.466
Liquidez ¹⁻²	214.793	293.542	278.267

Com o resgate integral das debentures emitidas, o fluxo excedente de caixa oriundo da arrecadação dos direitos creditórios vem sendo direcionado para as aplicações financeiras da Companhia.

Índices de Liquidez

Corrente: Razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante

O índice de liquidez corrente nos últimos três exercícios sociais (2024, 2023 e 2022) denota folga de recursos para honrar as obrigações da Companhia no curto prazo.

Em 2024 observa-se um declínio do índice, comparativamente a 2023, decorrente da redução de capital da Companhia, utilizando-se de parte de recursos financeiros considerados excessivos para sua atuação. O fluxo da arrecadação dos direitos creditórios vem sendo direcionado para o custeio, e o excedente direcionado para as aplicações financeiras da Companhia.

Imediata: Razão entre as Disponibilidades Financeiras e o Passivo Circulante

Apesar do declínio das disponibilidades de caixa em 2024, em razão da redução de capital, os índices de liquidez imediata continuaram revelando folga para honrar os compromissos e obrigações.

Geral: Razão entre Ativo Circulante e Não Circulante e o Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo
Apesar do declínio das disponibilidades de caixa em 2024, em razão da redução de capital, os índices de liquidez geral continuaram revelando folga para honrar os compromissos e obrigações.

Índices de Endividamento

Participação de Capitais de Terceiros: Razão entre Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo e o Total do Ativo

O diminuto índice denota uma estrutura de capital sólida nos últimos três exercícios sociais. Importante destacar que a maior parte do endividamento da Companhia refere-se às obrigações societárias relacionadas aos dividendos e JCP a pagar aos acionistas.

Grau de Endividamento: Razão entre Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido

A Companhia demonstra uma sólida estrutura de capitais nos últimos três exercícios sociais, caracterizado pelo seu exíguo nível de endividamento.

Composição do Endividamento: Razão entre Passivo Circulante / Passivo Total

Com o resgate integral dos títulos de securitização, o endividamento da Companhia está concentrado exclusivamente no curto prazo desde 2021.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Dado a situação atual de inexistência de títulos de securitização em circulação, em razão do resgate integral de todas as debêntures emitidas anteriormente, a estrutura de capital da Companhia é de 91,7% de capital próprio e 8,3% de capital de terceiros.

Cabe destacar ainda que a maior parte deste capitais de terceiros é composta por obrigações societária da Companhia com os pagamentos de dividendos e JCP aos acionistas.

As demais fontes de financiamento por Capital Não Oneroso de Terceiros referem-se principalmente por obrigações tributárias a recolher após encerramento do exercício social.

A Companhia não tem contratação de linhas de financiamento junto a instituições financeiras, dado que suas disponibilidades financeiras são suficientes para sua operacionalização.

Estrutura de Capital	2024	AV %	2023	AV %	2022	AV %
Aplicação dos Recursos (Ativo)	236.191	100,0%	307.939	100,0%	313.846	100,0%
Fontes de Financiamento (Passivo)	236.191	100,0%	307.939	100,0%	313.846	100,0%
Capital Oneroso de Terceiros ¹	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Capital Não Oneroso de Terceiros	19.646	8,3%	10.652	3,5%	12.466	4,0%
Capital Próprio	216.545	91,7%	297.287	96,5%	301.380	96,0%
Capital Oneroso de Terceiros ¹	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Debêntures Subscritas pelo Estado	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Debêntures - Outros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%

i. hipóteses de resgate

Não existe previsão estatutária sobre a hipótese de resgate das ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, nos termos do item “i” acima.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Todos os compromissos financeiros assumidos pela Companhia, assim como o seu custeio, são pagos por meio dos recursos advindos do recebimento do fluxo financeiro dos direitos creditórios adquiridos do Estado de São Paulo. A Companhia honrou todos os compromissos firmados nos últimos três exercícios sociais.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia não demandou financiamento para capital de giro nos últimos três exercícios sociais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem expectativa de deficiência de liquidez, e neste sentido não pretende tomar financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A Companhia não possui dívidas.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não celebrou contratos de empréstimo ou de financiamento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não contraiu outras dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em razão de não haver operações de financiamento e a emissão de novos valores mobiliários pelo emissor em circulação, não há qualquer restrição imposta.

Caso a Companhia venha a emitir novas debêntures, poderá haver subordinação ao adimplemento das obrigações decorrentes de valores mobiliários de emissões da Companhia.

Quanto à distribuição de dividendos, a Companhia obedece às regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social e na sua Política de Distribuição de Dividendos.

Em relação à alienação do controle societário da Companhia, a lei que autorizou a sua criação dispôs sobre a manutenção pelo Estado de São Paulo da maioria absoluta do capital votante. Qualquer alteração desta condição dependerá de aprovação de projeto de lei por parte da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, nos termos do item “f.i.” acima.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir os quadros das variações ocorridas nas demonstrações financeiras, bem como os comentários referentes às principais variações ocorridas no Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - 31 DE DEZEMBRO DE 2024, 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	AH %	AV %	2023	AH %	AV %	2022	AH %	AV %
RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS	11.073	(38,2)	100,0	17.907	(52,4)	100,0	37.628	(24,5)	100,0
Receita Atualização PPI - Selic	270	(2,2)	2,4	276	(20,9)	1,5	349	99,4	0,9
Receita Atualização PEP	10.803	(38,7)	97,6	17.631	(52,7)	98,5	37.279	(25,0)	99,1
CUSTO DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS	(1.371)	(37,0)	(12,4)	(2.176)	(53,8)	(12,2)	(4.710)	(51,6)	(12,5)
Juros Debêntures Mezanino - 1ª Série da 2ª emissão	-	-	-	-	(100,0)	-	(669)	(80,6)	(1,8)
Juros Debêntures - 2ª Série da 2ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	(100,0)	-
Juros Debêntures com Garantia Real - 3ª emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pis Não Cumulativo	-	-	-	(163)	(76,7)	(0,9)	(700)	(10,3)	(1,9)
Cofins Não Cumulativo	-	-	-	(794)	(76,2)	(4,4)	(3.341)	(8,1)	(8,9)
Pis Cumulativo	(192)	12,9	(1,7)	(170)	-	(0,9)	-	-	-
Cofins Cumulativo	(1.179)	12,4	(10,6)	(1.049)	-	(5,9)	-	-	-
RESULTADO BRUTO	9.702	(38,3)	87,6	15.731	(52,2)	87,8	32.918	(17,9)	87,5
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	3.613	(122,6)	32,6	(15.968)	284,6	(89,2)	(4.152)	(88,7)	(11,0)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(5.392)	(4,0)	(48,7)	(5.183)	26,8	(28,9)	(4.089)	(5,4)	(10,9)
Despesas com Salários	(2.852)	7,6	(25,8)	(2.651)	11,2	(14,8)	(2.385)	(4,5)	(6,3)
Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	(1.842)	4,7	(16,6)	(1.759)	71,8	(9,8)	(1.024)	(3,1)	(2,7)
Serviços Técnicos Especializados	(483)	(18,1)	(4,4)	(590)	1,9	(3,3)	(579)	(3,5)	(1,5)
Anúncios e Publicações	(205)	16,5	(1,9)	(176)	97,8	(1,0)	(89)	(44,7)	(0,2)
Despesas Legais e Societárias	(10)	42,9	(0,1)	(7)	(41,7)	(0,0)	(12)	71,4	(0,0)
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS	9.271	(189,4)	83,7	(10.369)	(26,1)	(57,9)	(14.032)	(56,6)	(37,3)
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PPI	2.593	-	23,4	-	(100,0)	-	455	(379,1)	1,2
Perdas no Recebimento de Direitos Creditórios PEP	6.678	(164,4)	60,3	(10.369)	(28,4)	(57,9)	(14.487)	(55,0)	(38,5)
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(266)	(36,1)	(2,4)	(416)	560,3	(2,3)	(63)	(58,3)	(0,2)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(266)	(36,1)	(2,4)	(416)	560,3	(2,3)	(63)	(58,3)	(0,2)
RESULTADO FINANCEIRO	18.221	4,0	164,6	17.522	48,6	97,9	11.788	250,5	31,3
Receitas Financeiras	18.228	4,0	164,6	17.530	48,3	97,9	11.819	247,9	31,4
Despesas Financeiras	(7)	(12,5)	(0,1)	(8)	(74,2)	(0,0)	(31)	(8,8)	(0,1)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31.536	82,4	284,8	17.285	(34,8)	96,5	26.522	298,0	70,5
APURAÇÃO DE IMPOSTOS	(7.041)	43,7	(63,6)	(4.901)	(39,9)	(27,4)	(8.156)	287,5	(21,7)
Imposto de Renda	(3.795)	47,8	(34,3)	(2.568)	69,8	(14,3)	(1.512)	(27,1)	(4,0)
Contribuição Social sobre o Lucro	(1.375)	47,4	(12,4)	(933)	68,7	(5,2)	(553)	(26,8)	(1,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	(100,0)	-	(22)	(21,4)	(0,1)
IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	(1.871)	33,6	(16,9)	(1.400)	(76,9)	(7,8)	(6.069)	(907,0)	(16,1)
RESULTADO ANTES REVERSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.495	97,8	221,2	12.384	(32,6)	69,2	18.366	302,9	48,8

Análise das principais e relevantes alterações da Demonstração do Resultado entre o Exercício Social de 2024 e 2023.

Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

A redução de 38,2% na “Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços”, de R\$ 17.907 em 2023 para R\$ 11.073 em 2024, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

A redução de 37,0% no “Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos”, de R\$ 2.176 em 2023 para R\$ 1.371 em 2024, em razão da diminuição da base tributável do PIS e da Cofins sobre as receitas operacionais.

Resultado Bruto

A redução de 38% no “Resultado Bruto”, de um resultado de R\$ 15.731 em 2023 para R\$ 9.702 em 2024, reflexo proporcional da redução da receita operacional e respectivos custos.

Despesas Gerais e Administrativas

O aumento de 4% nas “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 5.183 em 2023 para R\$ 5.392 em 2024, ocorreu preponderantemente pelo aumento das despesas, e respectivos encargos, com salários e honorários da Administração e Conselhos.

Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos

Em 2024 a Companhia apresentou obteve significativa recuperação de “Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos”, no valor de R\$ 9.271, em contrapartida às perdas registradas em 2023 no valor de R\$ 10.369.

Resultado Financeiro

O acréscimo de 4% do “Resultado Financeiro”, de R\$ 17.522 em 2023 para R\$ 18.221 em 2024, resulta basicamente da elevação da taxa básica de juros - Selic.

Lucro Líquido do Exercício

O aumento de 97,8% no “Lucro Líquido no Exercício”, de R\$ 12.384 em 2023 para R\$ 24.495 em 2024, é decorrente, principalmente, dos efeitos da recuperação de créditos registrados em perdas anteriormente e do incremento do Resultado Financeiro.

A diretoria considera que as demais variações se encontram dentro de parâmetros normais, não demandando, portanto, qualquer destaque ou menção.

Análise das principais e relevantes alterações da Demonstração do Resultado entre o Exercício Social de 2023 e 2022.

Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços

A redução de 52,4% na “Receita de Vendas de Bens e/ou Serviços”, de R\$ 37.628 em 2022 para R\$ 17.907 em 2023, em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo.

Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos

A redução de 53,8% no “Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos”, de R\$ 4.710 em 2022 para R\$ 2.176 em 2023, decorreu preponderantemente das amortizações e consequente liquidação em junho de 2022 das Debêntures Mezanino.

Resultado Bruto

A redução de 52,2% no “Resultado Bruto”, de um resultado de R\$ 32.918 em 2022 para R\$ 15.731 em 2023, reflexo proporcional da redução da receita operacional e respectivos custos.

Despesas Gerais e Administrativas

O aumento de 26,8% nas “Despesas Gerais e Administrativas”, de R\$ 4.089 em 2022 para R\$ 5.183 em 2023, ocorreu preponderantemente pelo aumento das despesas remuneratórias com a Diretoria e Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia.

Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos

A redução de 26,1% nas “Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos”, de R\$ 14.032 em 2022 para R\$ 10.369 em 2023, decorreu preponderantemente em razão do decréscimo das contas a receber.

Resultado Financeiro

O aumento de 48,6% do “Resultado Financeiro”, de R\$ 11.788 em 2022 para R\$ 17.522 em 2023, é resultante principalmente da ampliação do volume de recursos próprio alocados em Aplicações Financeiras.

Lucro Líquido do Exercício

A redução de 32,6% no “Lucro Líquido no Exercício”, de R\$ 18.366 em 2022 para R\$ 12.384 em 2023, é resultante do declínio da receita operacional em razão da diminuição do estoque da carteira ativa de direitos creditórios decorrente das amortizações realizadas no tempo.

A diretoria considera que as demais variações se encontram dentro de parâmetros normais, não demandando, portanto, qualquer destaque ou menção.

13. Assembleias

Houve as seguintes Assembleias da Companhia no exercício de 2024:

AGE 24/01/2024

- (a) Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia;
- (b) Aprovar a consolidação do Estatuto Social nos termos do Parecer CODEC nº 001/2024,
- (c) Eleição de membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

AGE 28/03/2024

- (a) Redução do Capital Social;
- (b) Alteração do Estatuto Social,
- (c) Consolidação do Estatuto Social e
- (d) Autorização aos Administradores para que pratiquem todos os atos necessários aos itens anteriores deliberados.

AGOE 30/04/2024

- (a) Apreciação das contas dos Administradores e exame das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023;
- (b) Ratificação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023;
- (c) Ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração;
- (d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e
- (e) Fixação da remuneração dos Administradores e membros dos Conselhos Fiscal e Administração.
- (f) Eleição dos membros do Comitê de Elegibilidade da Companhia – matéria prejudicada.

AGE 15/08/2024

- (a) Eleger membro para compor o Conselho Fiscal;
- (b) Eleger membros para compor o Comitê de Elegibilidade; e
- (c) Autorizar pedido de cancelamento de Registro na Categoria “B” – Comissão de Valores Mobiliários.

AGE 10/12/2024

- (a) Eleger membro para compor o Conselho Fiscal da Companhia.